

18. PROPOSTA PARA CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DA "ALA DA ALIMENTAÇÃO" DO MERCADO MUNICIPAL DE BRAGA:

Da Sr^a Vereadora Dr^a Olga Pereira, submetendo proposta para concessão de exploração da "Ala da Alimentação" do Mercado Municipal de Braga, que se anexa.

**PROPOSTA PARA CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DA DESIGNADA
"ALA DA ALIMENTAÇÃO" DO MERCADO MUNICIPAL**

Considerando que:

- A) No próximo mês de Dezembro de 2020, estará previsivelmente concluída a empreitada de reconstrução do mercado municipal de Braga;
- B) O referido equipamento possuirá um espaço designado por "Ala da Alimentação", onde serão instalados espaços de cafetaria e de restauração e bebidas e onde também se desenvolverá uma esplanada para a praça, prevendo-se que tal espaço potencie o uso do equipamento;
- C) Considerando que o Município de Braga não se encontra vocacionado para prestação direta deste tipo de serviços, o que aconselha a que a exploração do mesmo seja concessionada;

Proponho que a Câmara Municipal delibere:

1. Autorizar a abertura de procedimento por Concurso Público para a "CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DA ALA DA ALIMENTAÇÃO DO MERCADO MUNICIPAL DE BRAGA", ao abrigo dos números 1 e 2 do art.º 31.º e artigos 407.º e seguintes, todos Código dos Contratos Públicos (doravante designado por CCP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 111-6/2017, de 31 de agosto, com as retificações promovidas pelas Declarações de Retificação nº 36-A/2017, de 30 de outubro, e nº 42/2017, de 30 de novembro, pelo prazo de 25 anos, e com o valor base de mensal de €3.000,00 (três mil euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor;
2. Aprovar as peças do procedimento, Anúncio, Programa de Procedimento, Caderno de Encargos e demais documentos patenteados no procedimento, que se juntam, conforme alínea c) do nº 1 do artigo 40.º do CCP, por força do nº 2 do mesmo artigo;
3. Aprovar a constituição do Júri do procedimento, nos termos do nº 1 do art.º 67º do CCP, designando como membros do mesmo: Efetivos – **Sandro Louro**, que presidirá, **Alzira Torres**, 1º vogal, que também substituirá o Presidente do júri nas suas faltas e impedimentos, e **Lella Camacho**, 2º vogal; Suplentes – **Carlos Meireles**, 1º vogal, e **Helena Monteiro**, 2º vogal;
4. Delegar no Júri, nomeado nos termos do nº 2 do artº 69º do CCP, a competência para prestar todos os esclarecimentos solicitados, proceder à apreciação das propostas, elaborar os respetivos relatórios de análise das propostas, e realizar a audiência prévia;
5. Submeter à Assembleia Municipal, para efeitos de prévia autorização para a celebração do contrato de concessão, nas condições gerais previstas nas peças procedimentais, nos termos da alínea p) do nº 1 do artigo 25.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.

Braga, 21/09/2020

A Vereadora,


(Olga Pereira)

CADERNO DE ENCARGOS

ÍNDICE

Cláusula 1.^a	Caderno de encargos
Cláusula 2.^a	Definições
Cláusula 3.^a	Epígrafes e remissões
Cláusula 4.^a	Disposições por que se rege a concessão
Cláusula 5.^a	Objeto e natureza da concessão
Cláusula 6.^a	Estabelecimento da concessão
Cláusula 7.^a	Delimitação física da concessão
Cláusula 8.^a	Condições gerais de exploração
Cláusula 9.^a	Responsabilidade do concessionário pela exploração
Cláusula 10.^a	Obtenção de licenças e autorizações
Cláusula 11.^a	Regime do risco
Cláusula 12.^a	Responsabilidade pela culpa e pelo risco
Cláusula 13.^a	Financiamento
Cláusula 14.^a	Sede, forma e capital social
Cláusula 15.^a	Início da exploração
Cláusula 16.^a	Prazo e termo da concessão
Cláusula 17.^a	Remuneração do concessionário
Cláusula 18.^a	Remuneração do concedente e prazo de pagamento
Cláusula 19.^a	Cedência, oneração e alienação
Cláusula 20.^a	Cessão da posição contratual pelo concessionário
Cláusula 21.^a	Subcontratação pelo concessionário dos serviços
Cláusula 22.^a	Garantias a prestar no âmbito do contrato
Cláusula 23.^a	Cobertura por seguros
Cláusula 24.^a	Poderes do concedente
Cláusula 25.^a	Autorizações do concedente
Cláusula 26.^a	Sanções contratuais
Cláusula 27.^a	Resgate
Cláusula 28.^a	Sequestro
Cláusula 29.^a	Resolução pelo concedente
Cláusula 30.^a	Caducidade
Cláusula 31.^a	Reversão de bens
Cláusula 32.^a	Contagem de prazos
Cláusula 33.^a	Comunicações e notificações
Cláusula 34.^a	Foro competente
Cláusula 35.^a	Legislação aplicável
Anexo I	Planta

Cláusula 1.^a**Caderno de Encargos**

O presente caderno de encargos contém as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência da adjudicação do concurso público sem publicidade internacional para a concessão do espaço destinado a Ala da Alimentação do Mercado Municipal de Braga, com os estabelecimentos de restauração e bebidas sitos no espaço em causa, sito na Praça do Comércio, 4700-370 Braga

Cláusula 2.^a**Definições**

Para efeitos do presente Caderno de Encargos e nos seus Anexos, os termos abaixo indicados têm os seguintes significados:

- a) CCP - Código dos Contratos Públicos;
- b) PP - Programa do Procedimento;
- c) CE - Caderno de Encargos.

Cláusula 3.^a**Epígrafes e Remissões**

1. As epígrafes utilizadas no presente CE e nos seus Anexos foram incluídas por razões de mera conveniência, não fazendo parte da regulamentação aplicável às relações contratuais deles emergentes.
2. As remissões efetuadas ao longo do presente CE para cláusulas ou alíneas, consideram-se efetuadas para números ou alíneas do clausulado do mesmo CE, salvo se do contexto resultar sentido diferente.

Cláusula 4.^a**Contrato**

1. O contrato, reduzido a escrito, é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos, designadamente o Código de Exploração, e Informação Geral da Concessão a que se refere a cláusula 1.^a do presente Caderno de Encargos, conforme estipulado no art.º 94º do Código dos Contratos Públicos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os suprimentos dos erros e omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo Órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;

-
- c) O presente Caderno de Encargos e respetivos Anexos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo concessionário.
- 3.** Em caso de dúvida ou divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
- 4.** Em caso de dúvida ou divergência entre os documentos referidos no n.º 3 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo concessionário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.
- 5.** Além dos documentos indicados no n.º 2, o adjudicatário obriga-se também a respeitar, no que lhe seja aplicável, as normas europeias e portuguesas, as especificações e homologações de organismos oficiais e fabricantes ou entidades detentoras de patentes.
- 6.** São nulos os contratos a que falte algum dos elementos essenciais referidos nas alíneas a) a i) do n.º 1 do artigo 96.º do Código dos Contratos Públicos, salvo se os mesmos constarem dos documentos identificados no n.º 2 do mesmo artigo.

Cláusula 5.ª

Objeto e natureza da concessão

- 1.** O contrato, a celebrar na sequência de procedimento de concurso público, tem por objeto principal a concessão de exploração do espaço destinado a praça da alimentação, sito no Mercado Municipal de Braga, conforme planta anexa ao presente caderno de encargos.
- 2.** Para efeitos do disposto no número anterior, integra o objeto da concessão o exercício da atividade de cafetaria e restauração e bebidas no local concessionado, nos termos definidos pelo presente caderno de encargos, só podendo o concessionário desenvolver outras atividades que não estejam previstas no contrato desde que sejam prévia e expressamente autorizadas pelo concedente.
- 3.** O concessionário deve ter por objeto social exclusivo, ao longo de todo o período de duração do presente contrato, as atividades que se encontram integradas na concessão.

Cláusula 6.ª

Estabelecimento da concessão

- 1.** O estabelecimento da concessão é composto pelos bens móveis e imóveis afetos àquela, de acordo com planta anexa e relação de bens móveis e pelos direitos e obrigações destinados à realização do interesse público subjacente à celebração do contrato.

2. Para efeitos do disposto no ponto anterior, consideram-se afetos à concessão todos os bens e equipamentos existentes no estabelecimento à data de celebração do contrato, assim como os bens, equipamentos e obras a realizar, adquirir ou instalar pelo concessionário, durante todo o prazo de concessão, em cumprimento do contrato, que sejam adequadas ao desenvolvimento das atividades concedidas, por força da necessidade de conservação do espaço e da adequação das instalações, independentemente de o direito de propriedade pertencer ao concedente, ao concessionário ou a terceiros.

3. Estão afetos à concessão, designadamente:

- a) As instalações;
- b) Os equipamentos e acessórios instalados; (Hotte de exaustão)
- c) As obras, equipamentos e outros bens que venham a ser realizados, implantados, e adquiridos, pelo concessionário, por força da necessidade de conservação do espaço e do equipamento, e da adequação das instalações ao legal funcionamento da atividade, os quais terão de ser previamente autorizados por escrito pela entidade concedente.

4. O concessionário elaborará e manterá permanentemente atualizado e à disposição do concedente, ou de quem for por ele indicado, um inventário dos bens existentes, bem como dos direitos que integram a concessão, que mencionará, nomeadamente, os ónus e encargos que sobre eles recaiam.

5. O concessionário obriga-se, a expensas suas e durante a vigência do contrato de concessão, a manter o estabelecimento da concessão em bom estado de conservação e perfeitas condições de utilização, higiene, saúde e de segurança, diligenciando para que o mesmo satisfaça plena e permanentemente o fim a que se destina.

Cláusula 7.ª

Delimitação física da concessão

- 1. Os limites físicos da concessão são definidos por referência ao objeto da concessão, conforme n.º 1 da Cláusula 5.ª, melhor descritos na planta do **Anexo I**.
- 2. A área delimitada para esplanada não é de uso obrigatório, ficando o concessionário sujeito às normas de licenciamento e ao pagamento da taxa em vigor no município, podendo o utilizar o espaço que para o efeito entenda conveniente, nos limites máximos definidos na planta.

Cláusula 8.ª

Condições gerais de exploração

- 1. Na prossecução do bom funcionamento do objeto da concessão, fica a cargo do concessionário:

-
- a) A manutenção e conservação das instalações e bens que integram a concessão, nomeadamente, a reparação de quaisquer máquinas ou equipamentos que se revelem em más condições de funcionamento e salubridade;
 - b) A limpeza do espaço objeto da concessão;
 - c) O pagamento de todas as despesas decorrentes da exploração da atividade subjacente à concessão, nomeadamente, despesas de água, eletricidade, gás, telefone, internet e seguros;
 - d) A manutenção dos espaços imediatamente envolventes;
 - e) Os equipamentos/mobiliários no espaço da concessão deverão ser previamente submetidos à apreciação do Município de Braga. Será da responsabilidade da entidade concessionária a disponibilização de todo o equipamento, acessórios e mobiliário necessários ao funcionamento da exploração.
 - f) Os equipamentos/mobiliários não poderão conter qualquer menção publicitária não autorizada pela entidade concedente.
- 2.** O concessionário só pode promover qualquer alteração ao espaço físico, seja esta funcional ou decorativa, mediante prévia autorização do concedente.
- 3.** Deverá ser considerado no espaço a concessionar, lugar para o armazenamento de mercadorias e bens, não sendo assim permitida a colocação de mercadorias noutro espaço que não o reservado para o efeito.
- 4.** O Concessionário carece de autorização expressa da Concedente para a realização de qualquer tipo de espetáculos/atividades de animação a levar a efeito no espaço concessionado, devendo para o efeito solicitá-la ao concedente com uma antecedência mínima de 5 dias úteis, sendo que tais espetáculos/atividades de animação não poderão em caso algum interferir com o bom e regular funcionamento das instalações do espaço e atividade objetos da concessão.
- 5.** O concessionário obriga-se a ter à disposição dos utentes do estabelecimento da concessão livro de reclamações, competindo-lhe enviar ao concedente, nos primeiros 15 dias de após o *términus* de cada semestre do ano civil, cópia das reclamações registadas, acompanhadas das respostas dadas aos utentes e dos resultados das investigações e demais providências que porventura tenham sido tomadas.
- 6.** Os estabelecimentos possuem o horário de funcionamento que à data esteja em vigor, enquadrado no Regulamento em vigor no Município de Braga, sendo o concessionário o único e integral responsável pelo cumprimento do mesmo.

7. O concessionário responde perante o concedente e demais entidades fiscalizadoras pelo funcionamento, ordem e higiene na área de atividade objeto de concessão e perante os utentes pelo funcionamento dos estabelecimentos.

Cláusula 9.^a

Responsabilidade do concessionário pela exploração

1. O concessionário garante ao concedente a qualidade da exploração, nos termos da proposta apresentada e adjudicada, responsabilizando-se pela sua durabilidade, em permanentes e plenas condições de funcionamento e operacionalidade, ao longo de todo o período da concessão.
2. O concessionário deve desempenhar a atividade concessionada de acordo com as exigências de um regular, contínuo e eficiente funcionamento da mesma, e adotar, para o efeito, os melhores padrões de qualidade.

Cláusula 10.^a

Obtenção de licença, comunicações prévias e autorizações

1. Compete ao concessionário nos termos da legislação em vigor, designadamente o RJUE e o Decreto-Lei nº 10/2015, de 16 de janeiro, requerer, custear, obter e manter em vigor todas e quaisquer licenças, comunicações prévias e autorizações necessárias ao exercício das atividades integradas ou de algum modo relacionadas com o objeto do contrato, observando todos os requisitos, que para tal sejam necessários.
2. O concessionário deverá informar, de imediato, o concedente no caso de qualquer das licenças a que se refere o número anterior lhe serem retiradas, caducarem, serem revogadas ou por qualquer motivo deixarem de operar os seus efeitos, indicando, desde logo, que medidas tomou ou irá tomar para repor tais licenças em vigor.
3. No caso de não haver obras sujeitas a controlo prévio, nos termos do RJUE, deve o novo concessionário proceder à mera comunicação prévia, nos termos da legislação em vigor.
4. Caso estejam previstas operações urbanísticas sujeitas a controlo prévio, dever-se-á dar cumprimento aos procedimentos do RJUE
5. O disposto nos nºs 3 e 4 desta cláusula, não isenta a observância das normas legais e regulamentares aplicáveis, nomeadamente as constantes nos Planos de Ordenamento do Território em vigor, de restrições de utilidade pública e demais legislação vigente aplicável.
6. O concedente não se responsabiliza por limitações, condicionamentos ou recusas de autorizações ou

licenças que se revelem necessários e sejam da competência de outras entidades, relativamente às atividades a desenvolver no espaço concessionado.

Cláusula 11.^a

Regime do risco

1. O concessionário assume expressa, integral e exclusivamente a responsabilidade pelos riscos inerentes à concessão durante o prazo da sua duração, exceto quando o contrário resulte do presente CE ou do contrato, nomeadamente, os riscos decorrentes da exploração, das exigências decorrentes de normas legais ou determinações administrativas, e das eventuais alterações da lei geral.
2. Em caso de dúvida sobre a limitação ou repartição do risco do concessionário, considera-se que o risco corre integralmente por conta deste.

Cláusula 12.^a

Responsabilidade pela culpa e pelo risco

O concessionário responde, nos termos da lei geral, por quaisquer prejuízos causados a terceiros no exercício das atividades que constituem o objeto da concessão, pela culpa ou pelo risco.

Cláusula 13.^a

Financiamento

1. O concessionário é responsável pela obtenção dos financiamentos necessários ao desenvolvimento de todas as atividades que integram o objeto do contrato, de forma a garantir o exato e pontual cumprimento das suas obrigações.
2. Com vista à obtenção dos financiamentos necessários ao desenvolvimento das atividades concedidas o concessionário pode contrair empréstimos, prestar garantias e celebrar com as entidades financiadoras os demais atos e contratos que consubstanciam as relações jurídicas de financiamento.
- 3 - Não são oponíveis ao concedente, quaisquer exceções ou meios de defesa que resultem das relações contratuais estabelecidas pelo concessionário nos termos do número anterior.

Cláusula 14.^a

Sede, forma e capital social

1. O concessionário deve manter, ao longo de todo o período de duração da concessão, a sua sede em Portugal e a forma de sociedade adotada aquando da entrega das propostas, ou no caso de agrupamentos, a forma prevista no artigo 6.º do PP.
2. Qualquer alteração ao contrato de sociedade do concessionário, incluindo a transmissão de qualquer participação social ou mudança dos órgãos sociais de gestão, depende de prévia autorização escrita do concedente, excepto se dessa alteração não resultar mudanças de controlo do acionista maioritário à data de celebração do contrato.
3. O concessionário remeterá ao concedente, no prazo de 30 (trinta) dias após a respetiva outorga, cópia simples das escrituras de alteração ao pacto social, ou ata, que tiver realizado nos termos do número anterior.

Cláusula 15.ª

Prazo e termo da concessão

A concessão vigora pelo prazo de **25 (vinte e cinco)** anos a contar da data da assinatura do contrato de concessão.

Cláusula 16.ª

Remuneração do Concessionário

A remuneração do concessionário é, exclusivamente, a que resulta dos benefícios financeiros obtidos pela exploração do estabelecimento da concessão, durante o seu prazo contratual, sem que possam ser imputados ao concedente quaisquer outros encargos, custos ou remunerações.

Cláusula 17.ª

Remuneração do concedente e prazo de pagamento

1. O concessionário obriga-se a pagar ao concedente o valor de ocupação mensal indicado na proposta adjudicada, junto da tesouraria da Câmara Municipal de Braga, sita na Praça Conde de Agrolongo, 4704-514 Braga, até ao dia 8 (oito) de cada mês.
2. O valor de ocupação mensal fica sujeito a atualização anual, de acordo com a taxa de variação média anual do índice de Preços no Consumidor, dos últimos 12 meses, tendo como referência o mês do contrato.
4. A falta de pagamento do valor de ocupação mensal no prazo estabelecido, obriga o concessionário a pagar o valor correspondente a 1,5 vezes o valor da(s) prestação(ções) em dívida, independentemente do direito a resolução da concessão pelo concedente, nos termos da alínea l) do n.º 1 da cláusula 29.ª do presente.

Cláusula 18.^a

Cedência, oneração e alienação

1. Com exceção da cedência de espaços a comerciantes contratados para a operação de cada quiosque, é interdito ao concessionário ceder, alienar ou por qualquer modo onerar, no todo ou em parte, a concessão ou realizar qualquer negócio jurídico que vise atingir ou tenha por efeito, mesmo que indireto, idênticos resultados.
2. Os negócios jurídicos referidos no número anterior são inoponíveis ao concedente.

Cláusula 19.^a

Cessão da posição contratual pelo concessionário

Sem prejuízo das limitações estabelecidas por lei, o concessionário pode ceder a sua posição contratual no âmbito do contrato de concessão, ficando a mesma dependente de prévia autorização expressa e escrita do concedente e condicionada à apresentação pelo potencial cessionário ao concedente dos documentos de habilitação exigidos ao cedente.

Cláusula 20.^a

Subcontratação pelo concessionário dos serviços

A subcontratação só é permitida nos termos do CCP.

Cláusula 21.^a

Garantias a prestar no âmbito do contrato

1. Para garantir o exato e pontual cumprimento das suas obrigações, incluindo as relativas ao pagamento das penalidades contratuais, o concessionário presta uma caução correspondente a 2% do valor total da concessão.
2. Se o concessionário não cumprir as suas obrigações legais ou contratuais, o concedente pode considerar perdida a seu favor a caução referida no número anterior, independentemente de decisão judicial ou arbitral, nos termos do art.º 296.º do CCP
3. O concedente obriga-se a promover a liberação integral da caução nos 30 (trinta) dias subsequentes ao *términus* do contrato.

Cláusula 22.^a

Cobertura por seguros

1. É da responsabilidade do concessionário a contratualização de seguros destinada a cobrir os riscos decorrentes de danos de responsabilidade civil, multiriscos (incêndio, raio, explosão e sismo) e acidentes

de trabalho, estando obrigado a proceder à entrega de uma cópia das apólices, bem como, dos recibos comprovativos do respetivo pagamento, devidamente atualizados, na data de início da exploração da concessão.

2. A exploração da concessão não pode desenvolver-se sem que a concessionária assegure a validade plena do referido sistema de seguros e os demais que a legislação lhe impuser para o exercício da sua atividade.

Cláusula 23.ª

Poderes do concedente

1. Sem prejuízo do disposto nos art.ºs 302.º e seguintes do CCP, é poder do concedente:

- a) Fiscalizar o cumprimento dos deveres e obrigações do concessionário imposto pelo presente, pelo PP e pelo contrato;
- b) Fiscalizar a qualidade do serviço prestado, nomeadamente, as condições de higiene e limpeza do serviço e das instalações e sua deficiente ou má utilização;
- c) Realizar ações de avaliação do serviço, procedendo a inspeções periódicas ao objeto da concessão, para verificar o cumprimento das obrigações que são impostas ao concessionário.

2. Para além do disposto nas alíneas do art.º 414.º do CCP e durante o período de vigência do contrato de concessão, o concessionário obriga-se a apresentar, prontamente, as informações complementares ou adicionais que lhe sejam solicitadas pelo concedente ou por qualquer entidade por este nomeada, facultando-lhe ainda o livre acesso a todo o estabelecimento da concessão, bem como aos documentos relativos às instalações e atividades objeto da concessão, estando ainda obrigado a prestar os esclarecimentos que lhe sejam solicitados sobre esses mesmos elementos.

3. O concessionário deve disponibilizar gratuitamente ao concedente, todos os documentos e outros elementos de qualquer natureza, que se revelem necessários ou úteis ao exercício dos seus direitos e poderes.

4. O concedente pode ordenar a realização de ensaios, vistorias, testes ou exames, na presença de representantes do concessionário, que permitam avaliar as condições de funcionamento das instalações e dos equipamentos respeitantes à concessão.

5. As determinações do concedente emitidas ao abrigo dos seus poderes de fiscalização são imediatamente aplicáveis e vinculam o concessionário, devendo este proceder à correção da situação, diretamente ou através de terceiros, correndo os correspondentes custos por sua conta.

Cláusula 24.^a

Autorizações do concedente

1. Todos os prazos de emissão, pelo concedente, de autorizações ou aprovações previstas no contrato de concessão e neste CE, contam-se a partir da data de submissão do respetivo pedido, desde que este se mostre instruído com toda a documentação que o deva acompanhar e suspendem-se com o pedido pelo concedente, de esclarecimentos ou documentos adicionais, e até que estes sejam prestados ou entregues.
2. Considera-se tacitamente indeferida qualquer autorização que não seja concedida, por escrito, no prazo fixado para o efeito.
3. Na falta de fixação de prazo para a concessão de autorizações, o prazo supletivo aplicável é de 20 (vinte) dias.
4. Sem prejuízo de outras autorizações expressamente previstas no contrato de concessão e neste CE carecem ainda de autorização prévia e expressa do concedente a suspensão, substituição, modificação, cancelamento ou a prática de qualquer ato que afete a eficácia dos seguintes documentos:
 - a) Garantias, prestadas a favor do concedente;
 - b) Garantias, prestadas pelas entidades financiadoras a favor do concessionário.

Cláusula 25.^a

Sanções contratuais

1. Sem prejuízo da possibilidade de sequestro ou de resolução do contrato, o concedente pode, com observância do procedimento previsto nos n.os 1 e 2 do art.º 325.º e no art.º 329.º do CCP, aplicar multas em caso de incumprimento pelo concessionário das suas obrigações, incluindo as resultantes de determinações do concedente, emitidas nos termos da lei ou do contrato.
2. O montante das multas varia em função da gravidade da falta e do grau de culpa, entre os limites mínimo de 1.000,00 € e o máximo de 36.000,00 €.
3. A aplicação das multas contratuais é precedida de audiência escrita ao concessionário, para se pronunciar no prazo de 10 dias a contar da notificação.
4. Se o concessionário não proceder ao pagamento voluntário das multas que lhe forem aplicadas no prazo de 60 (sessenta) dias, o concedente pode utilizar a caução para pagamento das mesmas, nos termos do art.º 296.º do CCP.

Cláusula 26.^a

Resgate

1. O concedente pode resgatar a concessão, por razões de interesse público, após o decurso do prazo de 18 (dezoito) meses.
2. O resgate é notificado ao concessionário com, pelo menos, 6 (seis) meses de antecedência.
3. Em caso de resgate, o concessionário tem direito a receber do concedente, a título de indemnização, uma quantia aferida em função do investimento efetuado, calculado à taxa média de amortização legal para o tipo de equipamento considerado, e o ano de resgate face ao tempo em falta para o final da concessão.
4. O resgate determina a reversão dos bens do concedente afetos à concessão.
5. As obrigações assumidas pelo concessionário após a notificação do resgate apenas vinculam o concedente quando este haja autorizado, prévia e expressamente, a sua assunção.

Cláusula 27.^a

Sequestro

1. Em caso de incumprimento grave pelo concessionário das suas obrigações, ou estando o mesmo iminente, o concedente pode, mediante sequestro, tomar a seu cargo o desenvolvimento das atividades concedidas.
2. Sem prejuízo do disposto no n.º 2 do art.º 421.º do CCP, o sequestro pode ter lugar, nomeadamente, caso se verifique por motivos imputáveis ao concessionário:
 - a) O abandono sem causa legítima do espaço concessionado e/ou da atividade entendendo-se como tal a suspensão da atividade sem causa, justificada durante um prazo superior a 30 dias consecutivos ou 60 interpolados;
 - b) Perturbações ou deficiências graves na organização e regular desenvolvimento da atividade concessionada ou no estado geral das instalações, máquinas e equipamentos que comprometam a continuidade e ou a regularidade da concessão ou a integridade e segurança de pessoas e bens.
3. Em caso de sequestro, o concessionário suporta os encargos do desenvolvimento das atividades concedidas, bem como quaisquer despesas extraordinárias, necessárias ao restabelecimento da normalidade da exploração da atividade.
4. Se o concessionário se mostrar disposto a reassumir a exploração e der garantias de a conduzir nos termos estabelecidos no contrato de concessão, aquela poder-lhe-á ser restituída, se assim o entender conveniente o concedente.

Cláusula 28.^a

Resolução pelo concedente

1. Sem prejuízo dos fundamentos gerais de resolução do contrato e do direito de indemnização nos termos gerais, o concedente pode resolver o contrato quando se verifique:

- a) Desvio do objeto da concessão;
- b) Cessação ou suspensão, total ou parcial, pelo concessionário da exploração sem que tenham sido tomadas medidas adequadas   remoção da respetiva causa;
- c) Recusa ou impossibilidade do concessionário em retomar a concessão, na sequência de sequestro;
- d) Repetição, após a retoma da concessão, das situações que motivaram o sequestro;
- e) Ocorrência de deficiência grave na organização e desenvolvimento pelo concessionário, das atividades concedidas, em termos que possam comprometer a sua continuidade ou regularidade nas condições exigidas pela lei e pelo contrato;
- f) Obstrução ao sequestro;
- g) Sequestro da concessão pelo prazo máximo permitido pela lei ou pelo contrato;
- h) Abandono pelo concessionário da utilização, entendendo-se como tal a suspensão da atividade sem causa justificada durante um prazo superior a 30 dias consecutivos ou 60 interpolados, quando exista forte indício de não retomar regularmente a atividade;
- i) Utilização das instalações para fins diferentes dos especificamente indicados neste CE e no contrato;
- j) Violação reiterada do horário de funcionamento do estabelecimento.
- k) Desobediência às instruções emanadas pelo concedente no uso dos seus poderes de direção e fiscalização, relativamente à conservação das instalações, máquinas e equipamento, e   eficiência e qualidade do serviço;
- l) Falta do pagamento do valor de ocupação mensal por período superior a 6 meses;
- m) Falta do cumprimento das regras legais aplicáveis sobre o funcionamento do estabelecimento, incluindo as atinentes a saúde e higiene;
- n) Instalação de equipamentos ou realização de obras sem a prévia autorização escrita do concedente;
- o) Violação do disposto na Cláusula 9.é;
- p) Cessão da posição contratual para terceiros, sem prévia e expressa autorização do concedente.

2. Nos casos em que esteja previsto, em acordo entre o concedente e as entidades financiadoras, o direito destas de intervir na concessão nas situações de iminência de resolução da concessão pelo concedente, esta apenas pode ter lugar depois de o concedente notificar a sua intenção às entidades financiadoras.

3. A resolução do contrato determina, além dos efeitos previstos no contrato, a reversão dos bens do concedente afetos à concessão, bem como a obrigação de o concessionário entregar as instalações e equipamentos da concessão em perfeito estado de conservação, livres de quaisquer ónus ou encargos.

Cláusula 29.^a

Caducidade

1. O contrato de concessão caduca pelo decurso do prazo fixado na Cláusula 16.^a do presente e com o início dos processos de insolvência, falência, dissolução, liquidação, cessação da atividade da concessionária, extinguindo-se nessa data as relações contratuais existentes entre as partes, sem prejuízo das disposições que, pela sua natureza ou pela sua letra, se destinem a perdurar para além dela.

2. No termo do contrato, não são oponíveis ao concedente os contratos celebrados pelo concessionário com terceiros para efeitos do desenvolvimento das atividades concedidas.

Cláusula 30.^a

Reversão de bens

1. No termo da concessão, reverterem gratuita e automaticamente para o concedente todos os bens e direitos que integram a concessão, livres de quaisquer ónus ou encargos, e em bom estado de conservação e funcionamento, sem prejuízo do normal desgaste resultante do seu uso para efeitos de execução do contrato, sendo expressamente interdita a deterioração das instalações, designadamente, das paredes, chão e teto.

2. O concessionário possui um prazo de 15 (quinze) dias para proceder à entrega do objeto da concessão.

3. Caso o concessionário não dê cumprimento ao disposto nos números anteriores, o concedente promove a realização dos trabalhos e aquisições que sejam necessários à reposição dos bens aí referidos, correndo os respetivos custos pelo concessionário e podendo ser utilizada a caução para os liquidar no caso de não ocorrer pagamento voluntário e atempado dos montantes debitados pelo concedente.

4. Os bens referidos nas alíneas a), b) e c) do n.º 3 da cláusula 6.^a são transferidos para o concedente, livres de quaisquer ónus ou encargos, no termo do prazo de vigência do contrato.

Cláusula 31.^o

Contagem de prazos

À contagem de prazos previstos no contrato e no presente C.E. são aplicáveis as seguintes regras:

- a) Não se inclui na contagem do prazo o dia em que ocorrer o evento a partir do qual o mesmo começa a correr;

-
- b) Os prazos são contínuos, não se suspendendo nos sábados, domingos e feriados;
 - c) O prazo fixado em semanas, meses ou anos, a contar de certa data, termina às 24 horas do dia que corresponda, dentro da última semana, mês ou ano, a essa data, mas se no último mês não existir dia correspondente o prazo finda no último dia desse mês;
 - d) O prazo que termine em sábado, domingo, feriado ou em dia em que o serviço perante o qual deva ser praticado o ato que não esteja aberto ao público, ou não funcione durante o período normal, transfere-se para o 1.º dia útil seguinte.

Cláusula 32.ª

Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato, por escrito ou através de correio eletrónico.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser sempre comunicada à outra parte.

Cláusula 33.ª

Foro Competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato é competente o Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 34.ª

Legislação aplicável

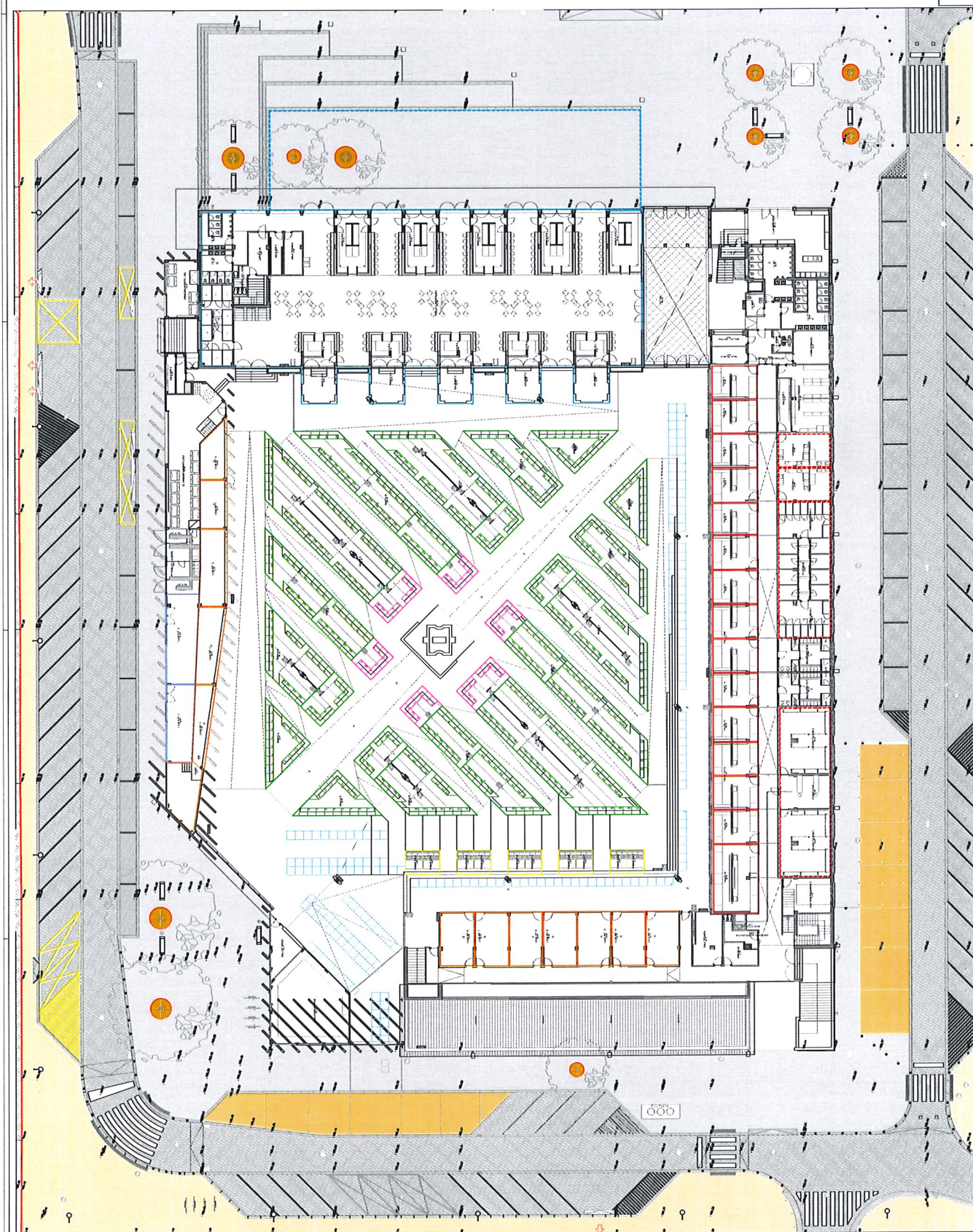
1. O contrato é regulado pelo consagrado no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 111-B/2017, de 31 de agosto, com as retificações promovidas pelas Declarações de Retificação nº 36-A/2017, de 30 de outubro, e nº 42/2017, de 30 de novembro, e demais legislação complementar, legislação nacional e comunitária em vigor e aplicável, caderno de encargos e seus anexos e proposta do concessionário.
2. Na execução do contrato de concessão observar-se-ão:
 - a) As cláusulas do contrato e o estabelecido em todos os elementos e documentos que dele fazem parte integrante;
 - b) O Código dos Contratos Públicos e demais legislação complementar;

-
- c) A restante legislação e regulamentação municipal aplicável a todos os aspetos do contrato e, em especial a que respeita às instalações do pessoal, à segurança social, ao desemprego, à higiene, segurança, prevenção e medicina do trabalho e à responsabilidade civil perante terceiros;
 - d) As regras da arte e normas técnicas nacionais e internacionais.

3. Sem prejuízo do disposto no número anterior, o concessionário será obrigado a respeitar as normas contidas na legislação laboral e, em geral, todas as disposições relativas a seguros sociais, acidentes, segurança e higiene no trabalho.

ANEXO I

Planta da Área Afeta à Concessão (Cláusula 7ª)



LEGENDA:

- | Category | Item | Score |
|----------------------|-----------------------|-------|
| General Health | Overall Health | 72 |
| | Energy Level | 78 |
| | Stress Management | 85 |
| | Work-Life Balance | 70 |
| Social Interaction | Family Time | 80 |
| | Friends Hangout | 75 |
| | Community Involvement | 65 |
| | Online Social Media | 90 |
| Personal Development | Reading Habits | 85 |
| | Learning New Skills | 70 |
| | Exercise Routine | 60 |
| | Financial Planning | 55 |

PROGRAMA DE PROCEDIMENTO

ÍNDICE

1. Identificação do concurso
2. Entidade pública concedente
3. Órgão que tomou a decisão de contratar
4. Peças do procedimento
5. Visitas ao local
6. Concorrentes
7. Órgão competente para prestar esclarecimentos
8. Esclarecimentos, retificação e alteração das peças procedimentais
9. Documentos da proposta
10. Apresentação de propostas variantes
11. Modo de apresentação das propostas
12. Prazo para apresentação das propostas
13. Prazo de manutenção das propostas
14. Análise das propostas
15. Audiência prévia
16. Critério de adjudicação
17. Adjudicação
18. Caducidade da adjudicação
19. Documentos de habilitação
20. Caução
21. Minuta do Contrato
22. Celebração do contrato
23. Encargos do concorrente
24. Impugnações administrativas
25. Incumprimento
26. Legislação aplicável

Anexo I. Modelo da declaração de aceitação do conteúdo do Caderno de Encargos

Anexo II. Modelo da Declaração com indicação do preço

Anexo III. Modelo de declaração a que se refere a alínea a) do n.º 1 do art.º 81.º do CCP

Anexo IV. Minuta de caução - modelo de garantia bancária, seguro caução e guia de depósito

ARTIGO 1.º - IDENTIFICAÇÃO DO CONCURSO

- 1.1** Concurso público sem publicidade internacional para concessão da exploração da designada **Ala da Restauração do Mercado Municipal de Braga**, com os estabelecimentos de restauração e bebidas sitos no espaço em causa, como melhor se encontra descrito no Caderno de Encargos, **por um período de 25 anos**, ao abrigo do disposto nos números 1 e 2 do art.º 31.º e artigos 407.º e seguintes, todos Código dos Contratos Públicos (doravante designado por CCP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 111-B/2017, de 31 de agosto, com as retificações promovidas pelas Declarações de Retificação nº 36-A/2017, de 30 de outubro, e nº 42/2017, de 30 de novembro.
- 1.2** Para efeitos do disposto no número anterior, consideram-se integrados no objeto da presente Concessão, as instalações, os equipamentos, eventuais máquinas e respetivos acessórios instalados, bem como todas as obras, equipamentos e outros bens que venham a ser realizados e implantados pelo concessionário, por força da necessidade de conservação do espaço e do equipamento, e da adequação das instalações ao legal funcionamento da atividade. Os equipamentos, eventuais máquinas e acessórios a disponibilizar encontram-se descritos em anexo ao caderno de encargos (**Anexo II ao CE**)
- 1.3.** O valor base de ocupação mensal a pagar pela concessão é de **€ 3.000,00 (três mil euros)**, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor.
- 1.4.** Existirá um período de carência para início do pagamento das rendas de até 5 (cinco) meses contados da data de outorga do contrato de concessão.
- 1.5** Os serviços objeto do presente procedimento têm a seguinte referência CPV (Classificação Estatística de Produtos por Atividade) : 55322000-3 - **Serviços de confeção de refeições**; 55330000-2 – **Serviços de Cafeteria**, a que se refere o Regulamento (CE) nº 213/2008 da Comissão de 28 de Novembro de 2007, qua altera o Regulamento (CE) nº 2195/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, relativo ao Vocabulário Comum para os Contratos Públicos (CPV), e as Diretivas do parlamento Europeu e do Conselho 2004/17/CE e 2004/18/CE, relativas aos processos de adjudicação de contratos, no que respeita à revisão do CPV, publicado no JOUE (Jornal Oficial da União Europeia) L74 de 15/03/2008.

ARTIGO 2.º - ENTIDADE PÚBLICA CONCEDENTE

- 2.1** Nos termos do artigo 2º, nº 1, alínea c) do CCP, a entidade pública concedente é o Município de Braga, representado pela sua Câmara Municipal, sita na Praça Conde de Agrolongo, 4704-514, em Braga, com o número de telefone 253 616 060, número de fax 253 203 151 e com o endereço eletrónico: geral@cm-braga.pt;

- 2.2** O Contrato de Concessão objeto do presente procedimento será celebrado em nome do Município Braga e outorgado nos termos do artigo 106.º, nº 1 do CCP.

ARTIGO 3.º - ÓRGÃO QUE TOMOU A DECISÃO DE CONTRATAR

Nos termos do art.º 36.º do CCP, a decisão de contratar subjacente ao presente procedimento foi tomada por deliberação da Câmara Municipal de Braga datada de ____/____/2020, tendo sido remetida a proposta para aprovação da Assembleia Municipal de Braga, nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33º, para efeitos do disposto na alínea p) do n.º 1 do artigo 25º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, e aprovada por deliberação datada de ____/____/2020.

ARTIGO 4.º - PEÇAS DO PROCEDIMENTO

- 4.1** As peças do procedimento concursal são: o anúncio, o programa do procedimento, o caderno de encargos e os respetivos anexos.
- 4.2** As peças do procedimento encontram-se disponíveis para consulta na Divisão de Contratação Pública da Câmara Municipal de Braga, sita na Praça Municipal, em Braga, durante as horas de expediente (9h00 às 12h30 e das 14h00 às 17h00) desde o dia da publicação do respetivo anúncio no Diário da República até ao termo do prazo fixado para apresentação das propostas.
- 4.3** As peças do procedimento são integralmente disponibilizadas, de forma livre, completa e gratuita, desde o dia da publicação do anúncio no Diário da República, na plataforma eletrónica de contratação pública saphetyGov, no endereço web <http://www.saphety.com>
- 4.4** O acesso à referida plataforma é gratuito e permite efetuar a consulta e o download das peças do procedimento.
- 4.5** Para ter acesso à plataforma saphetyGov, o interessado deve aceder ao endereço www.saphety.com e preencher o formulário de adesão;

ARTIGO 5.º - VISITAS AO LOCAL

Os interessados podem, até ao termo do prazo fixado para apresentação das propostas, examinar o espaço, mediante marcação prévia de dia e hora, via plataforma eletrónica www.saphety.com ou através do endereço eletrónico contratacao publica@cm-braga.pt

ARTIGO 6.º - CONCORRENTES

- 6.1** É concorrente a entidade, pessoa singular ou coletiva, que participa no procedimento concursal mediante a apresentação de uma proposta, não podendo ser concorrentes, ou integrar qualquer agrupamento, as entidades que se encontrem em alguma das situações referidas no artigo 55º do CCP.

6.2 Podem também ser concorrentes agrupamentos de pessoas singulares ou coletivas, sem que entre as mesmas exista qualquer modalidade jurídica de associação, desde que cumpram o disposto no artigo 55º do CCP. Neste caso:

- a) Todos os membros de um agrupamento concorrente são solidariamente responsáveis, perante a entidade pública concedente, pela manutenção da proposta apresentada pelo agrupamento;
- b) Os membros de um agrupamento concorrente não podem concorrer individualmente nem integrar outro agrupamento concorrente;
- c) Não é permitida a alteração na composição do agrupamento concorrente pela substituição, saída ou entrada de qualquer novo membro, sob pena de exclusão do procedimento concursal;
- d) Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento concorrente devem-se associar, antes da celebração do contrato de concessão, constituindo uma "Sociedade Comercial" que prosseguirá, como Concessionário, o objeto da concessão, salvo se existir sociedade já constituída que cumpra tais requisitos, nos termos previstos no Caderno de Encargos.

6.3 Qualquer alteração que venha a ocorrer durante o período da concessão na estrutura societária da concessionária carecerá de prévia autorização da entidade pública concedente.

ARTIGO 7.º - ÓRGÃO COMPETENTE PARA PRESTAR ESCLARECIMENTOS

7.1 O órgão competente para prestar esclarecimentos é o Júri do concurso, nos termos do nº 2 do art.º 69º do CCP.

7.2 O Júri do concurso é composto por 3 (três) membros efetivos e por 2 (dois) membros suplentes, nomeados pela entidade pública concedente, conforme nº 1 do art.º 67º do CCP.

7.3 Ao júri do procedimento compete praticar todos os atos e realizar todas as diligências com aquele relacionado, nos termos dos artigos 67.º a 69.º do CCP, nomeadamente, a prestação dos esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do concurso, a apreciação das propostas, a elaboração dos respetivos relatórios de análise das propostas e a realização do direito de audiência prévia dos concorrentes.

ARTIGO 8.º - ESCLARECIMENTOS, RETIFICAÇÃO E ALTERAÇÃO DAS PEÇAS PROCEDIMENTAIS

8.1 No primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados podem solicitar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento e, no mesmo prazo, apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e omissões das peças do procedimento por si detetadas, conforme nºs 1 e 2 do artigo 50º do CCP.

8.2 Os esclarecimentos, a que se refere o número anterior, serão prestados pelo Júri, por escrito, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.

- 8.3** No prazo definido no número anterior, o órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites, bem como procede às retificações sobre as peças procedimentais.
- 8.4** Os esclarecimentos, as retificações e as listas com a identificação dos erros e omissões detetados pelos interessados são disponibilizados na plataforma eletrónica www.saphety.com e juntos às peças do procedimento, devendo todos os interessados que as tenham obtido ser imediatamente notificados desse facto.
- 8.5** Os esclarecimentos e as retificações fazem parte integrante das peças do procedimento e prevalecem sobre estas em caso de divergência
- 8.6** Todas as notificações e comunicações entre a entidade pública concedente, o júri do concurso e os interessados, referidos no presente artigo, serão efetuadas através da plataforma eletrónica www.saphety.com.

ARTIGO 9.º - DOCUMENTOS DA PROPOSTA

- 9.1** Na proposta o concorrente manifesta à entidade adjudicante a sua vontade de contratar e indica as condições em que se dispõe a fazê-lo, tendo em atenção o estipulado no caderno de encargos e seus anexos, e os critérios de adjudicação mencionados no artigo 16.º do presente programa de procedimento, sendo constituída obrigatoriamente pelos seguintes documentos, sob pena de exclusão, nos termos da alínea d) do n.º 2 do art.º 146.º do CCP:
- a) Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do Caderno de Encargos conforme alínea a) do n.º 1 do art.º 57.º do CCP, a qual deverá ser elaborada em conformidade com o modelo constante do **Anexo I** ao presente programa;
- b) Documentos que contenham os atributos da proposta, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar:
- i) Documento onde conste o valor de remuneração mensal que o concorrente se propõe pagar pela concessão, elaborado em conformidade com o modelo constante do **Anexo II** ao presente programa, o qual deve sempre respeitar o disposto no ponto 1.3 do presente Programa de Procedimento, indicado em algarismos e por extenso, expresso em euros, e que não incluirá o Imposto sobre o Valor Acrescentado, mencionando expressamente, que ao preço proposto acresce o IVA., indicando o respetivo valor e a taxa legal aplicável.
- § No caso de existir divergência entre o preço indicado por extenso e o descrito em algarismos prevalecerá sempre o indicado por extenso.*
- ii) Documento, de modelo livre e à escolha, onde conste o projeto de exploração e funcionamento da área do edifício a concessionar, explicitando fundamentalmente o conceito gastronómico e a

sua concretização, a decoração, o público-alvo, o tipo de oferta, e dos serviços a prestar, demais elementos tidos por relevantes para a caracterização e descrição do projeto e de acordo com o caderno de encargos, bem assim como a demonstração da exequibilidade e sustentabilidade financeira do projeto;

c) Documentos que contenham as condições relativas a aspetos da execução do contrato não submetidas à concorrência:

i) Memória descritiva dos trabalhos a executar na área a concessionar, devendo descrever os trabalhos a realizar constantes do caderno de encargos, explicitando detalhadamente infraestruturas, materiais, instalações, decoração, mobiliário, tipologia de letreiros e anúncios, equipamentos a instalar, bem como planeamento, organização, meios e métodos previstos na execução dos trabalhos, a exequibilidade e sustentabilidade financeira da execução dos mesmos;

ii) Declaração do concorrente, sob compromisso de honra, na qual declara que caso a concessão lhe seja adjudicada manterá as instalações de acordo com as regras de higiene e segurança adequadas à exploração do estabelecimento, responsabilizando-se ainda por quaisquer adaptações ou alterações necessárias às instalações, decorrentes de eventuais alterações legislativas, nomeadamente, as que envolvam autorizações de outras entidades.

d) Se o concorrente for um agrupamento de empresas, declaração através da qual as empresas que o constituem se comprometem a constituir-se, em caso de adjudicação, conforme artigo 6.º do presente programa;

9.2 Na proposta os concorrentes devem indicar todos os elementos solicitados, devendo para o efeito considerar todas as condições e informações constantes do anúncio, do presente programa, caderno de encargos e demais documentos patenteados a concurso, nomeadamente os elementos referenciados na cláusula **16.CRITÉRIOS DE ADJUDICAÇÃO e que permitirão enquadrar a mesma (proposta) nos critérios e subcritérios de ponderação nessa cláusula referenciados.**

9.3 Integram também a proposta quaisquer outros documentos que o concorrente apresente por os considerar indispensáveis ao esclarecimento da mesma.

9.4 Os concorrentes devem assinar eletronicamente a proposta e todos os documentos que lhe associarem, de acordo com a Lei nº 96/2015, de 17 de agosto. Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar diretamente o assinante com a sua função ou poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter à plataforma um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e assinatura do assinante.

9.5 Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, os documentos devem ser assinados pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à proposta os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, devem ser assinados por todos os seus membros ou respetivos representantes.

- 9.6** O preço, que não deve indicar o IVA, é indicado em algarismos, arredondado à centésima, e por extenso. No caso de existir divergência entre o preço indicado por extenso e o descrito em algarismos, prevalecerá sempre o indicado por extenso. Sempre que, na proposta sejam indicados vários preços, e em caso de divergência entre eles, prevalecem sempre, os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos.
- 9.7** Todos os documentos que constituem a proposta são redigidos em língua portuguesa, ou, não o sendo, devem ser acompanhados de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o concorrente declara aceitar a prevalência, para todos os efeitos, sobre os respetivos originais.
- 9.8** A proposta deve mencionar expressamente que ao preço acresce o IVA, indicando-se o respetivo valor e a taxa legal aplicável.
- 9.9** Qualquer classificação de documentos que constitua a proposta deverá ser previamente requerida pelos concorrentes, nos termos do artigo 66º do CCP.

ARTIGO 10.º - APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS VARIANTES

Não é admissível a apresentação de propostas variantes nem com alterações do caderno de encargos, nem serão as propostas objeto de negociação.

ARTIGO 11.º - MODO DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

- 11.1** A entrega da proposta e dos documentos que a compõem deverá ser realizada exclusivamente através da plataforma eletrónica de contratação pública www.saphety.com
- 11.2** Os concorrentes devem assinar eletronicamente a proposta e todos os documentos que a compõem, bem como a sua submissão, mediante a utilização de certificado de assinatura digital qualificada, conforme o disposto na Lei nº 96/2015, de 17 de agosto.
- 11.3** Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar diretamente o assinante com a sua função ou poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter à plataforma um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante.
- 11.4** Nos documentos eletrónicos com ficheiros compactados em formato "ZIP" ou equivalente, a aposição de uma assinatura eletrónica qualificada deve ocorrer em cada um dos documentos eletrónicos que os constituem, sob pena de exclusão da proposta nos termos da alínea l) do nº 2 do artigo 146º do CCP.
- 11.5** Até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados que já as tenham apresentado podem retirá-las, nos termos do disposto no artigo 137º do CCP.

ARTIGO 12.º - PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

- 12.1** O prazo para apresentação das propostas é de 20 dias seguidos, não se incluindo na contagem o dia da publicação, ao abrigo do disposto no artigo 470º do CCP, ou seja, até às 17:00 horas do dia

_____/_____/2020 e, em consequência, a abertura terá lugar no primeiro dia útil imediato à data limite para apresentação das propostas.

12.2 O prazo referido no número anterior pode ser prorrogado por período adequado, a pedido dos interessados e em casos devidamente fundamentados, quando este Programa, o Caderno de Encargos ou os Esclarecimentos solicitados não puderem ser fornecidos nos prazos estabelecidos para o efeito, aproveitando esta prorrogação a todos os interessados.

ARTIGO 13.º - PRAZO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS E PROPOSTAS CONDICIONADAS E COM VARIANTES

13.1 O prazo da obrigação da manutenção das propostas é de 90 dias, a contar da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, de acordo com o preceituado no art.º 65º do CCP.

13.2. Não é admitida a apresentação de propostas condicionadas ou que envolvam alterações ou variantes das cláusulas do Caderno de Encargos.

ARTIGO 14.º - ANÁLISE DAS PROPOSTAS

14.1 São excluídas as propostas que apresentem alguns dos motivos constantes dos artigos 70.º e 146.º do CCP.

14.2 As propostas são analisadas de acordo com o critério de adjudicação estabelecido no artigo 16º deste programa de procedimento.

14.3 Após análise das propostas o Júri elabora fundamentadamente um relatório preliminar, no qual deve propor a ordenação das mesmas.

14.4 No relatório preliminar o Júri deve também propor, fundamentadamente, a exclusão das propostas, nos termos dos artigos 70.º e 146.º, ambos do CCP.

14.5 O Júri pode pedir aos concorrentes quaisquer esclarecimentos sobre as propostas apresentadas que considere necessários para efeito de análise e da avaliação das propostas, ao abrigo do artigo 72.º do CCP.

14.6 Os esclarecimentos prestados pelos respetivos concorrentes fazem parte integrante das propostas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinariam a sua exclusão, nos termos da alínea a) do nº 2 do artº 70º do CCP.

14.7 Os pedidos do Júri, bem como as respetivas respostas, são disponibilizados na plataforma eletrónica www.saphety.com, e todos os concorrentes notificados desse facto.

ARTIGO 15.º - AUDIÊNCIA PRÉVIA

- 15.1** Elaborado o relatório preliminar, o Júri procede à audiência prévia, enviando-o a todos os concorrentes e concedendo-lhes o prazo de 5 dias úteis para que se pronunciem por escrito, nos termos do artigo 147.º do CCP.
- 15.2** Cumprido o disposto no número anterior, o Júri elabora um relatório fundamentado, no qual pondera as observações dos concorrentes, efetuadas ao abrigo do direito de audiência prévia, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do relatório preliminar, podendo ainda propor a exclusão de qualquer proposta caso se verifique, nesta fase, a ocorrência dos motivos previstos no n.º 2 do artigo 146.º do CCP.
- 15.3** No caso previsto na parte final do número anterior, bem como quando do relatório final resulte uma alteração da ordenação das propostas constantes do relatório preliminar, o Júri procede a nova audiência prévia nos termos indicados no n.º 1 do presente artigo.

ARTIGO 16.º - CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO

- 16.1** A adjudicação será efetuada à proposta **economicamente mais vantajosa** para a entidade adjudicante, tendo em conta os seguintes fatores por ordem decrescente de importância :
- Qualidade do projeto:** 45%
 - Valia técnica:** 35%
 - Preço:** 20%
2. O fator **qualidade do projeto** é pontuado da seguinte forma:

Subfator: Plano estratégico de exploração (PEE): 50%

Parâmetros/pressupostos de análise:

- (1) Conceção do negócio (ideia de negócio) inovadora e diferenciadora de espaços com fins semelhantes nos aspetos *estéticos, conforto, mobilidade, segurança e ambiente*;
- (2) Diversificação da oferta de bens e serviços à comunidade e aposta em soluções não standardizadas no mercado;
- (3) Recurso aos operadores económicos do próprio mercado como fornecedores de referência, apresentando soluções de interação com o próprio mercado municipal;
- (4) Plano de comunicação: apresentação de soluções de comunicação, angariação de público, dinamização e estratégias de retenção de clientela.

Escala:

- **Excelente** | concretiza todos os pressupostos + detalha todos os pressupostos + mensura todos os pressupostos: 100 pontos
- **Boa** | concretiza todos os pressupostos + detalha todos os pressupostos: 75 pontos
- **Suficiente** | concretiza todos os pressupostos + não detalha pelo menos um pressuposto: 50 pontos
- **Fraca** | não concretiza todos os pressupostos: 25 pontos

Subfator: *Integração na envolvente (IE): 25%*

Parâmetros/pressupostos de análise:

- (1) Apresenta uma estratégia e soluções concretas de integração das tradições locais e vivências próprias da comunidade na exploração, ao nível de *produtos, serviços e iniciativas*;
- (2) Desenvolve soluções de dinamização do negócio em interação com a comunidade local, nos planos *escolares* ou *culturais* ou *recreativas*;
- (3) Identifica os principais destinatários do negócio (clientes), os desafios concorrenciais e os segmentos de clientes.

Escala:

- **Excelente** | concretiza todos os pressupostos + detalha todos os pressupostos + mensura todos os pressupostos + apresenta parcerias estratégicas: 100 pontos
- **Boa** | concretiza todos os pressupostos + detalha todos os pressupostos: 75 pontos
- **Suficiente** | concretiza todos os pressupostos + não detalha pelo menos um pressuposto: 50 pontos
- **Fraca** | não concretiza todos os pressupostos: 25 pontos

Subfator: *Viabilidade económico-financeira (VEF): 25%*

Parâmetros/pressupostos de análise:

- (1) Indica e descreve os pressupostos financeiros do negócio, caracterização do investimento, estrutura de financiamento, elaboração dos mapas financeiros previsionais e a análise da viabilidade do projeto;
- (2) Alinha as projeções financeiras com os pressupostos do *Plano estratégico de exploração*;
- (3) Justifica a análise de viabilidade económico-financeira com os indicadores de mercado;

(4) Quantifica e ilustra detalhadamente todos os pressupostos;

Escala:

- **Excelente** | concretiza todos os pressupostos + detalha todos os pressupostos: 100 pontos
- **Boa** | concretiza todos os pressupostos + detalha todos os pressupostos, mas não quantifica de forma completa: pontos
- **Suficiente** | concretiza todos os pressupostos + não detalha pelo menos um pressuposto: 50 pontos
- **Fraca** | não concretiza todos os pressupostos: 25 pontos

A formula de cálculo da Qualidade do Projeto é a seguinte:

$$QP = (\text{Pontuação atribuída PEE} \times 50\%) + (\text{Pontuação atribuída IE} \times 25\%) + (\text{Pontuação atribuída VEF} \times 25\%)$$

3. O fator **valia técnica** é pontuado da seguinte forma:

Subfator: *Adequação às características do imóvel (ACI): 30%*

Parâmetros/pressupostos de análise:

- (1) Adequação do mobiliário aos pressupostos da exploração e respetiva atividade (*qualidade / resistência / durabilidade*);
- (2) Disposição e organização funcional do mobiliário e da sinalética às soluções *estéticas, de conforto, de mobilidade, de segurança e ambiente* previstas no plano estratégico de exploração;
- (3) Define uma estratégia de manutenção e rotinas de substituição e atualização de equipamentos e estruturas (*manutenção preventiva*).

Escala:

- **Excelente** | concretiza todos os pressupostos + detalha todos os pressupostos + ilustra as opções tomadas: 100 pontos
- **Boa** | concretiza todos os pressupostos + detalha todos os pressupostos: 75 pontos
- **Suficiente** | concretiza todos os pressupostos + não detalha pelo menos um pressuposto: 50 pontos
- **Fraca** | não concretiza todos os pressupostos: 25 pontos

Subfator: Planeamento de implementação (PIP): 40%

Parâmetros/pressupostos de análise:

- (1) Identifica a data em que o estabelecimento entrará em operação, antecedido pelos momentos críticos de desenvolvimento da estratégia de implementação;
- (2) Identifica os momentos críticos da concretização da estratégia de comunicação em harmonia com o plano estratégico de exploração;
- (3) Calendariza as etapas de concretização dos negócios de exploração das diferentes unidades;
- (4) Descreve os meios humanos e materiais a afetar ao desenvolvimento e implementação do plano estratégico.

Escala:

- **Excelente** | concretiza todos os pressupostos + detalha todos os pressupostos + ilustra graficamente o caminho crítico e as lógicas sequenciais: 100 pontos
- **Boa** | concretiza todos os pressupostos + detalha todos os pressupostos: 75 pontos
- **Suficiente** | concretiza todos os pressupostos + não detalha pelo menos um pressuposto: 50 pontos
- **Fraca** | não concretiza todos os pressupostos: 25 pontos

Subfator: Sustentabilidade e desempenho energético (SDE): 30%

Parâmetros/pressupostos de análise:

- (1) Desenvolve uma estratégia de gestão ambiental do estabelecimento, concretizando o processo de gestão de resíduos;
- (2) Desenvolve uma estratégia de sustentabilidade e responsabilidade social e laboral;
- (3) Aposta no desenvolvimento energético eficiente do estabelecimento.

Escala:

- **Excelente** | concretiza todos os pressupostos + detalha todos os pressupostos: 100 pontos
- **Boa** | concretiza todos os pressupostos + não detalha todos os pressupostos: 75 pontos
- **Suficiente** | concretiza todos os pressupostos + não detalha nenhum dos pressupostos: 50 pontos

- **Fraca** | não concretiza todos os pressupostos: 25 pontos

A formula de cálculo da Valia Técnica é a seguinte:

$$VT = (\text{Pontuação atribuída ACI} \times 30\%) + (\text{Pontuação atribuída PIP} \times 40\%) + (\text{Pontuação atribuída SDE} \times 30\%)$$

4. A análise das propostas em face do fator Preço (P) será operacionalizada pela subsunção das mesmas ao descritor seguinte:

$$\left(1,00 - \frac{\text{preço base}}{\text{preço proposta}} + 0,40\right) * 100$$

5. A Formula de Ponderação dos Fatores do Critério de Adjudicação é a seguinte:

$$PF = 0,45 * QP + 0,35 * VT + 0,20 * P$$

Em que:

«PF» representa a "**pontuação final de cada proposta**";

«QP» representa a "**pontuação no fator qualidade do projeto**"

«VT» representa a "**pontuação no fator valia técnica**"

«P» representa a "**pontuação do fator Preço**"

6. A proposta economicamente mais vantajosa será a que obtiver a maior pontuação.
7. A lista final de classificações de candidaturas será obtida por ordenação dos valores para *PF*, obtidos por aplicação da fórmula referida no número 5 deste artigo.
8. A aproximação será feita até duas casas decimais.
9. Em caso de empate, a proposta vencedora será aquela que apresentar maior pontuação no fator mais valorizado no critério de adjudicação, seguindo-se idêntica metodologia se o empate persistir.
10. Se o empate voltar a subsistir, a proposta vencedora será aquela que resultar do sorteio a realizar, nos seguintes termos:
- a) A data, hora e local do sorteio a realizar será notificado, com o Relatório Final, aos concorrentes graduados em primeiro lugar.
 - b) Do sorteio realizado será lavrada uma ata, que será assinada pelos elementos do júri presentes e pelos concorrentes, ou seus representantes legais.
 - c) Após a realização do sorteio será elaborado novo Relatório Final com a ordenação final das propostas e a respetiva proposta de adjudicação, anexando-se ainda a ata do sorteio.
11. Serão excluídas as propostas que assentem em pressupostos inexequíveis ou cujas projeções económico-financeiras gerem incoerência com as soluções técnicas propostas, ou ainda que impossibilitem a avaliação de atributos da proposta.

12. A Câmara Municipal reserva-se o direito de não proceder à adjudicação se considerar que nenhuma das propostas apresentadas satisfaz o interesse público.

16.2 A renda mínima admitida para a concessão é de **3.000,00 €/mês**. A este valor acrescerá o IVA à taxa legal em vigor.

ARTIGO 17.º - ADJUDICAÇÃO

17.1 Depois de cumpridas as formalidades previstas na lei e no presente programa de procedimento, a entidade pública adjudicante, com base no relatório final fundamentado elaborado pelo Júri, escolhe a melhor proposta.

17.2 A adjudicação é o ato pelo qual o órgão competente para a decisão e contratar aceita a única proposta apresentada ou escolhe uma de entre as propostas apresentadas, com base no relatório final fundamentado elaborado pelo Júri, escolhendo assim o adjudicatário/concessionário.

17.3 Não haverá lugar a adjudicação se:

- a) Nenhum concorrente apresentar proposta;
- b) Todas as propostas tiverem sido excluídas;
- c) Por circunstâncias imprevistas, for necessário alterar aspetos fundamentais das peças do procedimento após o termo do prazo fixado para apresentação das propostas;
- d) Circunstâncias supervenientes ao termo do prazo fixado para apresentação das propostas, relativas aos pressupostos da decisão de contratar, o justifiquem.

17.4 A decisão de não adjudicação determina a revogação da decisão de contratar.

17.5 A decisão de adjudicação é notificada, em simultâneo, a todos os concorrentes, até ao termo do prazo da obrigação de manutenção das propostas, através da plataforma eletrónica www.saphety.com, acompanhada do respetivo relatório final de análise das propostas.

17.6 Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o concorrente adjudicatário/concessionário é igualmente notificado para:

- a) Apresentar os documentos de habilitação, exigidos nos termos do artigo 19.º do presente programa, no prazo de 10 dias úteis;
- b) Prestar caução de 2%, sobre o montante total da concessão (preço mês proposto pelo adjudicatário/concessionário x número de meses da concessão), no prazo de 10 dias úteis, e nos termos do disposto nos artigos 88.º a 90.º do CCP, e **Anexo IV** ao presente;

-
- c) Confirmar no prazo de 5 dias úteis, se for o caso, os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada.

ARTIGO 18.º - CADUCIDADE DA ADJUDICAÇÃO

18.1 A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não apresentar os documentos de habilitação:

- a) No prazo de 10 dias úteis fixado para o efeito;
- b) No prazo que lhe for fixado quando se tratar de documento de habilitação que lhe venha a ser exigido nos termos do artigo 81.º, n.º 8 do CCP;
- c) Redigidos em língua portuguesa ou, quando for o caso, acompanhados da tradução devidamente legalizada.

18.2 Quando as situações referidas no número anterior se verificarem por facto que não seja imputável ao adjudicatário, conceder-se-á, em função das razões invocadas, um prazo adicional para a apresentação dos documentos em falta, sob pena de caducidade da adjudicação.

18.3 Sem prejuízo de participação criminal, a falsificação de qualquer documento de habilitação ou a prestação culposa de falsas declarações determina, também, a caducidade da adjudicação.

18.4 Caduca igualmente a adjudicação se o adjudicatário não confirmar os compromissos referidos no artigo 17.º n.º 6 alínea c) deste programa de procedimento, no prazo fixado para o efeito ou até ao termo da respetiva prorrogação que lhe for concedida para o efeito.

18.5 Nos casos previstos nos números anteriores, o órgão competente para a decisão de contratar adjudica a proposta ordenada em lugar subsequente.

18.6 A adjudicação caduca, ainda, se, no prazo de 10 dias úteis, nos termos do disposto no artigo 91.º do CCP, não for prestada caução.

ARTIGO 19.º - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO,

19.1 O adjudicatário deve apresentar, através da plataforma eletrónica www.saphety.com, nos termos da Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro e no prazo de 10 dias úteis, a contar da notificação para o efeito, os seguintes documentos de habilitação:

- a) Declaração emitida conforme modelo constante do art.º 81.º do CCP, na sua redação atual, e junto como **Anexo III** ao presente programa (Anexo II do CCP);
- b) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas no artigo 55.º alíneas b), d), e) e h) do CCP;
- c) Certidão do registo comercial, com todas as inscrições em vigor, ou disponibilização do código de acesso para a sua consulta online, para identificação dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontram em efetividade de funções;

- d) Identificação dos representantes do adjudicatário com poderes para outorgar o contrato, tais como: nome, número de documento de identificação e validade e número de contribuinte;

19.2 O órgão competente para a decisão de contratar pode sempre solicitar ao adjudicatário, ainda que tal não conste do presente Programa de Concurso, a apresentação de quaisquer documentos comprovativos da titularidade das habilitações legalmente exigidas para a execução das atividades objeto do contrato a celebrar, fixando-lhe prazo para o efeito.

19.3 Os documentos são redigidos em língua portuguesa, salvo quando, pela sua natureza ou origem, estiverem redigidos em língua estrangeira, caso em que são acompanhados de tradução devidamente legalizada que prevalece sobre os originais.

19.4 Quando o adjudicatário for um agrupamento, deve, ser apresentado comprovativo de constituição da empresa, conforme exigido na alínea d) do nº 2 do art.º 6º do presente programa, e todos os demais documentos indicados no nº 1 do presente artigo.

19.5 O prazo de supressão de irregularidades detetadas nos documentos de habilitação é de 2 dias úteis, conforme o disposto na alínea g) do nº 1 do artº 132º do CCP.

ARTIGO 20.º - CAUÇÃO

20.1 Para garantia da celebração do contrato e do exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais, o adjudicatário deve prestar uma caução correspondente a 2% sobre o montante total da concessão (preço mensal proposto pela concessionária x número de meses da concessão), no prazo de 10 dias úteis após a receção da notificação da decisão de adjudicação, mediante um dos seguintes modos:

- a) Por depósito em dinheiro ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado Português à ordem da Câmara Municipal de Braga, nos termos do modelo constante do **Anexo IV** ao presente programa de procedimento, que dele faz parte integrante;
- b) Mediante Garantia Bancária ou Seguro-Caução, nos termos do modelo constante do **Anexo IV** ao presente programa de procedimento, que dele faz parte integrante.

20.2 Sempre que o concedente utilize a caução, o concessionário fica obrigado à reposição do seu montante integral num prazo nunca superior a 15 (quinze dias) a contar da data de notificação que, para o efeito, lhe seja enviada pelo concedente.

ARTIGO 21.º - MINUTA DO CONTRATO

21.1 Depois de aprovada a minuta do contrato a celebrar, a mesma é notificada ao adjudicatário/concessionário, a qual se considera aceite por este quando haja aceitação expressa ou quando dela não reclame nos 5 dias subsequentes à respetiva notificação.

21.2 As reclamações da minuta do contrato a celebrar só podem ter por fundamento a previsão de obrigações que contrariem ou que não constem dos documentos que integram o contrato ou ainda a recusa dos ajustamentos propostos nos termos do n.º 2 do art.º 99.º do CCP.

ARTIGO 22.º - CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

22.1 O contrato deve ser celebrado no prazo de 30 dias contados da data da aceitação da minuta ou da decisão sobre a reclamação.

22.2 A entidade concedente comunica ao adjudicatário/concessionário, com a antecedência mínima de 5 dias, a data, hora e local em que ocorrerá a outorga do contrato.

22.3 Para além dos casos previstos no artigo 19.º deste programa, a adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário/concessionário não comparecer no dia, hora e local fixados para a outorga do contrato, bem como, no caso do adjudicatário/concessionário ser um agrupamento, se os seus membros não se tiverem associado nos termos exigidos nos termos previstos no artigo 6.º deste programa de procedimento.

22.4 Nos casos previstos no número anterior a entidade adjudicante adjudica a proposta ordenada em lugar subsequente.

22.5 Se, por facto que lhe seja imputável, a entidade concedente não outorgar o contrato no prazo previsto no número 1 deste artigo, o adjudicatário/concessionário pode desvincular-se da proposta.

23. ENCARGOS DO CONCORRENTE

Constituem despesas e encargos do concorrente adjudicatário/concessionário as despesas inerentes à elaboração da proposta, prestação de caução, redução do contrato a escrito, assim como a obtenção de todas as autorizações e licenças necessárias ao funcionamento/exploração do estabelecimento.

24. IMPUGNAÇÕES ADMINISTRATIVAS

As impugnações administrativas dos atos pré-contratuais (decisões administrativas e peças do procedimento) devem ser apresentadas na plataforma eletrónica de contratação pública saphety)

25. INCUMPRIMENTO

25.1 Tal como definido no artigo 25º do caderno de encargos, sem prejuízo da possibilidade de sequestro ou rescisão da concessão, nos casos e nos termos na lei, o incumprimento, pelo Concessionário, de quaisquer deveres ou obrigações emergentes do Contrato de Concessão, ou das condicionantes do Concedente emitidas no âmbito da lei ou deste contrato, pode ser sancionado, por decisão exclusiva do

concedente, pela aplicação de multas contratuais cujo valor pode variar entre €1.000,00 (mil euros) e €10.000,00 (dez mil euros).

- 25.2** Alternativamente, o concedente poderá optar, caso as circunstâncias do incumprimento o aconselharem, nomeadamente em função do benefício económico que possa ser obtido pelo concessionário com o incumprimento ou com o incumprimento defeituoso, pela fixação de uma multa diária que poderá variar entre 50,00 € (cinquenta euros) e 10.000,00 € (dez mil euros) ou pela aplicação de multa equivalente a esse benefício, acrescida de 5% (cinco por cento).
- 25.3** Caso o Concessionário não proceda ao pagamento voluntário das multas contratuais que lhe foram aplicadas no prazo de 10 dias a contar da sua fixação e notificação pelo Concedente, este pode utilizar a caução para pagamento das mesmas ou compensar o débito do Concessionário com o de qualquer pagamento por si devido.
- 25.4** Os valores referidos nos números 1 e 2 são atualizados em janeiro de cada ano, de acordo com o IPC publicado pelo INE para o ano anterior.
- 25.5** A aplicação das multas previstas neste artigo não prejudica a aplicabilidade de outras sanções contratuais, nem de outras previstas em lei ou regulamento, nem isenta o Concessionário da responsabilidade civil, criminal, e contraordenacional em que incorrer perante o Concedente ou terceiro.

26. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente procedimento aplica-se o regime previsto no Código dos Contratos Públicos, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 111-B/2017, de 31 de agostos, com as retificações promovidas pelas Declarações de Retificação nº 36-A/2017, de 30 de outubro, e nº 42/2017, de 30 de novembro e demais legislação nacional e comunitária aplicável.

ANEXOS

- I. **Modelo da Declaração de aceitação do conteúdo do Caderno de Encargos**, a que se refere a alínea a) do nº 1 do artigo 9.º deste Programa de Procedimento
- II. **Modelo da Declaração com indicação do preço contratual**, a que se refere a alínea b) do nº 1 do artigo 9.º deste Programa de Procedimento
- III. **Modelo da Declaração de Habilitação**, a que se refere a alínea a) do nº 1 do artigo 20.º deste Programa de Procedimento
- IV. **Modelo da Caução**, a que se refere o artigo 21.º deste Programa de Procedimento

ANEXO I

Modelo da Declaração de Aceitação do Conteúdo do Caderno de Encargos

[artigo 57.º, n.º 1, alínea a)]

1 - (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) (firma, número de identificação fiscal e sede, ou no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromissos de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 – Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a)

b)

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 – Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 — Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 — O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de

privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura (4)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas colectivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º

(4) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO II**Modelo da Declaração com indicação do preço**

_____ (indicar nome ou denominação social, profissão ou objeto social, morada ou sede), pessoa coletiva nº _____, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de _____, com o capital social de _____, depois de ter tomado conhecimento do objeto do procedimento por concurso público nº ____/____ para a **"CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DA ALA DA RESTAURAÇÃO DO MERCADO MUNICIPAL DE BRAGA"**, a que se refere o anúncio de procedimento nº _____ datado de ____/____/____, obriga-se a celebrar e executar o contrato em conformidade com o respetivo caderno de encargos, e respetivos anexos, mediante o pagamento, durante o prazo da concessão, da remuneração mensal de _____ euros (_____ euros), a qual não inclui o imposto sobre o valor acrescentado.

À quantia supra mencionada incidirá o imposto sobre o valor acrescentado à taxa de _____% no montante de _____ (numerário e extenso), perfazendo o total de _____ € (numerário e extenso).

Mais declara que renúncia a qualquer foro especial, e se submete, em tudo o que respeitar à execução do respetivo contrato, ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor e aceita como competente para dirimir qualquer conflito relacionado com a execução de tal contrato o foro do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, com expressa renúncia a qualquer outro.

Data...

Assinatura...

ANEXO III

Modelo de declaração

[artigo 81.º, n.º 1, alínea a)]

1 - (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) (firma, número de identificação fiscal e sede, ou no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromissos de honra, que a sua representada (2) se não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

2 – O declarante junta em anexo [ou indica como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 – O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas colectivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO IV**Minuta de caução****MODELO DE GARANTIA BANCÁRIA**

O Banco com sede em, pessoa coletiva n.º, matriculada na Conservatória de Registo Comercial de, com o capital social de €.....(..... euros), presta a favor da Câmara Municipal de Braga, garantia autónoma, à primeira solicitação, no valor de €..... (euros), destinada a garantir o exato e pontual cumprimento das obrigações que a, assume por força da sua posição de adjudicatária e parte do contrato que com ela a Câmara Municipal de Braga vai outorgar e que tem por objeto a execução do contrato relativo à adjudicação do concurso público para "**CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DA ALA DE RESTAURAÇÃO DO MERCADO MUNICIPAL DE BRAGA**", nos termos e para os efeitos previstos nos artigos 88º a 90º do Código dos Contratos Públicos, na sua redação atual.

O Banco obriga-se a pagar aquela quantia, ou parte dela, à primeira solicitação da Câmara Municipal de Braga sem que esta tenha que justificar o pedido e sem que o primeiro possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com a adjudicação ou com o contrato atrás identificados, ou com o cumprimento das obrigações que (empresa adjudicatária) assume com a celebração do respetivo contrato.

O Banco deve pagar aquela quantia no dia seguinte ao do pedido, findo o qual, sem que o pagamento seja realizado, contar-se-ão juros moratórios à taxa mais elevada praticada pelo Banco para as operações ativas, sem prejuízo de execução imediata da dívida assumida por este.

A presente garantia bancária autónoma não pode em qualquer circunstância ser revogada ou denunciada, mantendo-se em vigor até que seja expressamente autorizado seu cancelamento pela entidade beneficiária.

Mais reconhece que para conhecimento de quaisquer questões emergentes da presente, relativas à interpretação, validade e execução, é competente o Tribunal Administrativo de Braga.

Data, assinatura e selo branco

MODELO DE SEGURO CAUÇÃO

A Companhia de Seguros , com sede em , matriculada na Conservatória do Registo Comercial de..... , com o capital social de..... , presta a favor da Câmara Municipal de Braga, e ao abrigo de contrato de seguro-caução celebrado com..... (tomador do seguro), garantia à primeira solicitação, no valor de..... (extenso e algarismos), correspondente a (percentagem), destinada a garantir o bom e integral cumprimento das obrigações que a..... (empresa adjudicatária) assumirá no contrato que com ela, a Câmara Municipal de Braga, vai outorgar e que tem por objeto a execução do contrato relativo à adjudicação do concurso público para **"CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DA ALA DE RESTAURAÇÃO DO MERCADO MUNICIPAL DE BRAGA"**, nos termos e para os efeitos previstos nos artigos 88º a 90º do Código dos Contratos Públicos, na sua redação atual.

A Companhia de Seguros obriga-se a pagar aquela quantia, ou parte dela, à primeira solicitação da Câmara Municipal de Braga sem que esta tenha que justificar o pedido e sem que o primeiro possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com a adjudicação ou com o contrato atrás identificados, ou com o cumprimento das obrigações que (empresa adjudicatária) assume com a celebração do respetivo contrato.

A Companhia de Seguros deve pagar aquela quantia no dia seguinte ao do pedido, findo o qual, sem que o pagamento seja realizado, contar-se-ão juros moratórios à taxa mais elevada praticada pelo Banco de Portugal para as operações ativas, sem prejuízo de execução imediata da dívida assumida por esta.

A Companhia de Seguros não pode opor à Câmara Municipal de Braga quaisquer exceções relativas ao contrato de seguro caução celebrado entre esta e o tomador do seguro.

O presente seguro caução autónomo não pode em qualquer circunstância ser revogado ou denunciado, mantendo-se em vigor até que seja expressamente autorizado o seu cancelamento pela entidade beneficiária.

Mais reconhece que para conhecimento de quaisquer questões emergentes da presente, relativas à interpretação, validade e execução, é competente o Tribunal Administrativo de Braga.

Data, assinatura e selo branco

MODELO DE GUIA DE DEPÓSITO

Vai , com sede em , na freguesia/concelho de contribuinte nº , depositar na (sede, filial, agência ou delegação) da (instituição) a quantia de (numerário e extenso) como caução exigida para o concurso público para **"CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DA ALA DE REASTAURAÇÃO DO MERCADO MUNICIPAL DE BRAGA"**, para os efeitos previstos nos artigos 88º a 90º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro, na sua redação atual.

Este depósito fica à ordem da Câmara Municipal de Braga, a quem deve ser remetido o respetivo conhecimento.

Mais se reconhece que para conhecimento de quaisquer questões relativas à interpretação, validade e execução da presente, é competente o Tribunal Administrativo de Braga.

Data e assinatura